



**As ações do Estado na ditadura civil-militar:  
a violação dos direitos humanos aos professores universitários do Paraná**

State actions during the civil-military dictatorship:  
human rights violations against university professors in Paraná

Las acciones del Estado durante la dictadura civil-militar:  
la violación de los derechos humanos de los profesores universitarios en Paraná

Rivaldo Dionizio Candido  
Pontificia Universidade Católica do Paraná (Brasil)  
<https://orcid.org/0000-0002-4309-4882>  
<http://lattes.cnpq.br/3530436698048760>  
[rivaldo.candido@pucpr.edu.br](mailto:rivaldo.candido@pucpr.edu.br)

Valquíria Elita Renk  
Pontificia Universidade Católica do Paraná (Brasil)  
<https://orcid.org/0000-0002-2679-7471>  
<http://lattes.cnpq.br/7772585101414936>  
[valquiria.renk@pucpr.br](mailto:valquiria.renk@pucpr.br)

## Resumo

O período de ditadura civil-militar (1964 – 1985) ocorrido no Brasil impactou a educação superior, especificamente os professores dessas instituições. A legislação formava um arcabouço legal que permitiu práticas repressivas que violavam os direitos humanos. O objetivo é analisar as ações de repressão do Estado e de resistência dos professores durante a ditadura civil-militar. As fontes utilizadas foram os dossiês individuais e temáticos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR). Na discussão dos resultados foram utilizadas as bases teóricas sobre o contexto da ditadura civil-militar (Schwarcz; Starling, 2018; Motta, 2014) e violação de direitos humanos (Nordås; Davenport, 2013; (Escribà-Folch, 2013; Earl, 2011; Loveman, 1998). Os Dossiês DOPS/PR revelam a vigilância como recurso repressivo que se estendia à vida privada dos professores, rastreando informações de caráter individual e evidenciam que, os professores se organizavam em resistência e utilizavam de táticas para reivindicar seus direitos.

**Palavras-chave:** Repressão estatal; Direitos humanos; Resistência docente.

## Resumen

El período de dictadura civil-militar (1964–1985) ocurrido en Brasil tuvo un impacto significativo en la educación superior, especialmente en los profesores universitarios. La legislación conformó un marco legal que permitió prácticas represivas violadoras de los derechos humanos. El objetivo es analizar las acciones de represión del Estado y las acciones de resistencia de los profesores durante la dictadura civil-militar. Las fuentes utilizadas fueron los expedientes individuales y temáticos producidos por la Delegación de Orden Político y Social de Paraná (DOPS–PR). En la discusión de los resultados se utilizaron fundamentos teóricos sobre el contexto de la dictadura civil-militar (Schwarcz; Starling, 2018; Motta, 2014) y sobre la violación de los derechos humanos (Nordås; Davenport, 2013; Escribà-Folch, 2013; Earl, 2011; Loveman, 1998). Los expedientes DOPS/PR revelan la vigilancia como recurso represivo que se extendía a la vida privada de los profesores, rastreando información de carácter personal, y evidencian que los docentes se organizaban en resistencia utilizando tácticas para reivindicar sus derechos.

**Palabras clave:** Represión estatal; Derechos humanos; Resistencia docente.

## Abstract

The period of civil-military dictatorship (1964–1985) in Brazil had a significant impact on higher education, particularly on university professors. Legislation created a legal framework that enabled repressive practices violating human rights. The aim is to analyze the State's repressive actions and the professors' resistance during the civil-military dictatorship. The sources used were individual and thematic dossiers produced by the Department of Political and Social Order of Paraná (DOPS–PR). In discussing the findings, theoretical foundations were drawn from studies on the context of the dictatorship (Schwarcz; Starling, 2018; Motta, 2014) and human rights violations (Nordås; Davenport, 2013; Escribà-Folch, 2013; Earl, 2011; Loveman, 1998). The DOPS/PR dossiers reveal surveillance as a repressive tool that extended into the private lives of professors, tracking personal information, and demonstrate that professors organized themselves in resistance and used various tactics to demand their rights.

**Keywords:** State repression; Human rights; Faculty resistance.

Recebido: 03/11/2025

Aprovado: 14/05/2026

## Introdução

A ditadura civil-militar ocorrida entre os anos de 1964 e 1985 foi marcada por uma dinâmica “definida por variações consideráveis no uso dos poderes discriminatórios, repressão seletiva, controle do fluxo público de informação, e sustentação de um programa de desenvolvimento econômico e de corte modernizante” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 451). A primeira medida tomada contra as universidades foi a “operação limpeza”, ainda em 1964, que se ateve a expurgar de dentro dessas instituições os professores que fossem considerados uma ameaça do regime. Para isso, professores foram expulsos, afastados de seus cargos, aposentados compulsoriamente ou demitidos, como ocorrido com dois professores da Universidade Federal do Paraná.

No ano de 1968, se fez a Reforma Universitária por meio da Lei n. 5.540/68 que reestruturava as universidades no país. O novo ordenamento dificultou a organização coletiva dos docentes (Lira, 2010), abriu espaço para a expansão das IES privadas (Silveira, 2008) que passou de 142 mil em 1964 para 885 mil em 1980 (Martins, 2009), e instituiu os cursos de curta duração<sup>1</sup> (Costa, 2009). Estes buscavam suprir a falta de vagas dentro das instituições por meio de uma formação rápida, assim como acelerar a preparação ao mercado de trabalho. Como efeito o mercado ficou saturado com tantos profissionais à disposição.

No ano seguinte, os professores universitários foram surpreendidos com o Decreto-Lei n. 477/69 que trouxe maiores restrições às ações desses sujeitos por meio da definição de infrações disciplinares. Assim como o AI-5 e a Lei de segurança nacional, ela proibia a realização e participação em greves, passeatas, distribuição de material subversivo e proibia a utilização da instituição pública para realizar atos contrários à moral ou à ordem pública.

No Paraná, a educação superior foi diretamente afetada pela repressão, que atingiu professores, estudantes e instituições. Os arquivos da DOPS mostram que as universidades eram tratadas como espaços estratégicos de vigilância (Candido, 2022). A expansão das universidades estaduais ocorreu paralelamente ao aumento do controle político, e a criação ou reorganização institucional esteve subordinada ao projeto de modernização conservadora, marcado por intervenções administrativas, expurgos e restrições à autonomia universitária.

O Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná (2017) são destacados como casos de graves violações de direitos humanos envolvendo o movimento estudantil e professores: “Três Reis e Brianazi – movimento estudantil de Apucarana (PR)”; “Chácara do Alemão – movimento estudantil do Paraná, reorganização da UNE” e “Operação Marumbi”. Esta última foi realizada em 1975 atingindo diversas pessoas, inclusive professores sob a justificativa de defesa da paz e da ordem social (Peron, 2014).

Foram vinte e um anos em que o país foi presidido por cinco presidentes que definiram esse período com momentos de avanços e recuos nas práticas de repressão e construção de um arcabouço legal para sustentar a prática da violência. Dentre o aparato de repressão merece destaque as ações das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS/PR), que haviam sido criadas durante o Estado Novo. As DOPS,

---

<sup>1</sup> As licenciaturas curtas criadas no ano 1964 como uma forma de acelerar a formação de professores e suprir a escassez desses profissionais no mercado.

foram órgãos de segurança pública estaduais, interligados nacionalmente, responsáveis por manter a ordem política e social do país através de atividades de investigação, censura (no sentido estrito de exame da documentação arrolada) e repressão. Seu funcionamento estava baseado no sistema arquivístico, por este carregar e ser diariamente retroalimentado com todas as informações que subsidiavam suas ações. Eram arquivados documentos de todas as espécies; de modo sintético, podemos dizer que existiam três tipos deste material: os produzidos pelos agentes da polícia política depois de efetuados interrogatórios, vigilâncias e até mesmo infiltrações nas instituições consideradas subversivas; os produzidos pelos órgãos e indivíduos que estavam sob vigilância e eram apreendidos; e os produzidos pela imprensa sobre os vigiados (Braggio; Fiuza, 2019, p. 18).

Cabia ao órgão realizar a vigilância e o controle da ordem pública com denúncias e punições ao que representasse risco ao desenvolvimento da Nação e a Segurança Nacional. De acordo com Mansan (2013, p. 17), “o objetivo era formar uma massa de dados brutos sobre a sociedade que pudessem, sempre que necessário, ser cruzados e empregados na produção de informações consideradas confiáveis”.

O conjunto das informações recolhidas formavam um “banco de dados” da polícia política com detalhes registrados em dossiês individuais e temáticos, contendo informações pessoais, documentos, relações com outras pessoas, recortes de jornais, fotografias e descrição dos atos cometidos pelo indivíduo ou instituição. Esse material era produzido com base na suspeição da pessoa jurídica ou física (Braggio; Fiuza, 2013), facilitando para a polícia política a identificação e perseguição dos denominados pelo governo autoritário como inimigos da Nação, assim como controlar suas ações e punir os dissidentes (Candido, 2021).

Após o golpe até 1985, de acordo com o relatório Brasil Nunca Mais havia registros aproximados de 10 mil exilados políticos, 4.682 políticos cassados, 245 estudantes expulsos das universidades por força do Decreto 477, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres políticos e mais de três centenas de mortos e de desaparecidos (Arquidiocese de São Paulo, 2011). A Comissão Nacional da Verdade (CNV) confirmaria 434 mortos e desaparecidos.

Diante do contexto exposto, esse artigo tem como centralidade responder o seguinte questionamento: quais as ações do Estado no contexto da ditadura civil-militar diante dos professores universitários que evidenciam violações dos direitos humanos? O objetivo é analisar as ações de repressão do Estado e as ações de resistência dos professores universitários durante a ditadura civil-militar (1964-1985).

Este estudo contribui para o campo da História da Educação ao aprofundar a compreensão sobre as formas de vigilância, repressão e resistência vividas por professores universitários durante a ditadura civil-militar, migrando o foco sobre a repressão para dar espaço as ações de resistência dos professores perseguidos. Ao mobilizar os dossiês da DOPS/PR como fonte histórica, o trabalho dialoga com pesquisas que têm problematizado a relação entre educação, autoritarismo e controle estatal, como as análises de Braghini (2015) sobre os atos da juventude de direita e esquerda na década de 1960. Estudos como de Braggio e Fiuza (2013) aprofundam a discussão sobre o acervo da polícia política e sua relevância para a história da educação. A investigação avança ao evidenciar, de modo específico, como a repressão no Paraná afetou trajetórias docentes, práticas institucionais e formas de organização coletiva, contribuindo para preencher lacunas regionais e fortalecer a agenda de pesquisas que articulam direitos humanos, memória e educação.

## Metodologia de pesquisa

Os dossiês produzidos pela DOPS/PR estão arquivados no Arquivo Público do Paraná, localizado na cidade de Curitiba. O acervo conta com um número de 37 mil pastas individuais e 2.143 pastas temáticas disponíveis em catálogo para consulta pública. A fim de selecionar os dossiês que atendiam os interesses dessa pesquisa buscou-se no catálogo as instituições de ensino superior, associações e sindicatos de professores do ensino superior. A partir desses dossiês foram identificados 1.038 nomes de pessoas físicas, dos quais 160 eram professores e professoras. Os 160 dossiês foram analisados individualmente identificando os seguintes aspectos: identificação da ficha, nome do indivíduo, profissão e acusações sobre o fichado.

Para análise dos dossiês utilizou-se da metodologia da análise documental, tendo como característica a utilização de técnicas que possibilitam o cotejamento das informações dos variados tipos de documentos, acrescentando à dimensão do tempo a análise social (Almeida; Guindani; Sá-Silva, 2009). A análise se dá sobre os dossiês DOPS/PR, alguns dados da Comissão Estadual da Verdade e do Jornal Voz do Paraná<sup>2</sup>. Do jornal foi utilizado o recorte de uma matéria com a foto da mobilização dos professores fazendo suas reivindicações dando sustento aos registros de resistência presentes nos arquivos DOPS/PR.

Para interpretação dos dados coletados foram utilizados as discussões teóricas e acadêmicas em torno do contexto da ditadura civil-militar (Schwarcz; Starling, 2018; Motta, 2014) e referente à violação de direitos humanos (Nordås; Davenport, 2013; Escribà-Folch, 2013; Earl, 2011; Loveman, 1998).

## Violação dos Direitos Humanos no Paraná

O Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná (CEVP)<sup>3</sup> descreve diversas ações de violação dos direitos humanos que ocorreram no Estado do Paraná durante a ditadura civil-militar, dentre as quais pode-se citar: a “Operação Marumbi” ocorrida em 1975 que, segundo Peron (2014), que sustentada pela garantia da ordem social afetou diversos professores. O Inquérito Policial Militar (IPM) 75<sup>4</sup>, de acordo com Brunelo (2009), foi a maior operação realizada no estado, executada pela DOPS/PR e pelo Destacamentos de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)<sup>5</sup>. O objetivo com a operação foi prender pessoas acusadas de rearticular o Partido Comunista Brasileiro (PCB) resultando na prisão de mais de 100 pessoas, sendo 65 delas indiciadas.

Conforme o Relatório da Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban (CEVTU, 2017), as violações dos Direitos Humanos ocorridas durante a operação foram graves. Consta no relatório que,

---

<sup>2</sup> O Jornal Voz do Paraná foi fundado pelo Bispo Dom Manoel da Silveira D’Elboux em maio de 1956 sendo produzido pela Arquidiocese de Curitiba para ser um elo entre a arquidiocese e a comunidade católica.

<sup>3</sup> A Comissão Estadual da Verdade do Paraná (CEVP) foi criada pela Lei estadual n. 17.362, de 27 de novembro de 2012, com o intuito de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no Estado do Paraná no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988 e contribuir com a Comissão Nacional da Verdade” (PARANÁ, Lei 17.362, de 27 de novembro de 2012, art. 2). Em 2014, a CEVP passou a ser denominada Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban (CEVTU).

<sup>4</sup> “O IPM 75 foi coligido pelo projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) quando no trajeto jurídico, atingiu a esfera do Superior Tribunal Militar (STM) sendo renomeado de BNM 551” (Brunelo, 2009, p. 468).

<sup>5</sup> O DOI-Codi, “surgiu em janeiro de 1970, significando a formalização, no Exército, de um comando que englobava as outras duas Armas. Em cada jurisdição territorial, os Codi passavam a dispor do comando efetivo sobre todos os organismos de segurança existentes na área, sejam as Forças Armadas, sejam das polícias estadual e federal” (BNM, 2019, p. 96).

A tortura, segundo inúmeros depoimentos e fontes, ocorreu tanto no quartel da Polícia Militar localizado, à época, na praça Rui Barbosa, em Curitiba, em instalações militares no interior do estado, como no mencionado no 30º Batalhão de Infantaria Motorizada, em Apucarana, e também em locais clandestinos não identificados, como a citada “Clínica Marumbi”, em Curitiba, possivelmente em prédio do antigo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), na esquina da rua Brigadeiro Franco com a rua Benjamin Lins.

As torturas eram realizadas individualmente ou na presença de outras vítimas, ou familiares, inclusive de adolescentes, segundo relatado pela sra. Lurdes Manso Vieira e Ildeu Manso Vieira Júnior, em audiência da Comissão Estadual da Verdade do Paraná (CEVP, 2017, p. 137).

A ação coordenada, e até mesmo clandestina, demonstra o quanto o Paraná estava organizado e preparado para agir de forma truculenta atendendo os ideais da ditadura. Evidencia-se o impedimento de ações democráticas da sociedade civil ao desarticular a organização de um partido político de oposição à ditadura civil-militar, assim como são evidentes as violações de Direitos Humanos, seja a nível estadual ou a nível federal. O autoritarismo daquele tempo como forma de governo adentrou diferentes instâncias, se reproduzindo na cultura, na sociedade, na política e na economia com a tentativa de impor uma nova ordem no país.

### **Impacto da ditadura civil-militar no ensino superior**

A legislação educacional produzida durante a ditadura civil-militar, não estava dissociada do projeto político do período, que se caracterizava pela repressão seletiva, controle de informação e sustentação de um programa econômico de corte modernizante e conservador (Schwarcz; Starling, 2018). A educação superior foi reorganizada para atender principalmente ao caráter de modernização conservadora adotado pelo regime militar que implicou,

na racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação [...] No eixo conservador, o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo o mais que achasse perigosos e desviante – e, naturalmente, os defensores dessas ideias; controlou e subjugou o movimento estudantil; criou as ASIs<sup>6</sup> para vigiar a comunidade universitária; censurou pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou incutir valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon (Motta, 2014, p. 15).

A educação superior, delineada dessa forma revela o autoritarismo do regime militar ao fazer alterações que contribuíam à ação repressiva do Estado, culminando na Reforma Universitária, a Lei n. 5.540/68, que fixava as normas de organização e funcionamento do ensino superior. No entanto, ela teve sua base em reformas legais que a antecederam, como o Decreto-Lei nº 53, de 18 de fevereiro de 1966, que fixava princípios e normas de organização das universidades federais:

---

<sup>6</sup> Assessorias de Segurança Informações (ASIs), tinham como finalidade comandar o fluxo de informações entre os diversos aparelhos do Estado.

Art. 1º As universidades federais organizar-se-ão com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade das suas funções de ensino e pesquisa e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes [...]

Art. 4º As unidades existentes ou parte delas que atuem em um mesmo campo de estudo formarão uma única unidade na Universidade estruturada (Brasil, 1966).

Começou-se a modificar a forma como as instituições de ensino superior estavam estruturadas, que mais tarde foi complementado pelo Decreto-Lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967, ao trazer novos elementos da organização das universidades como a divisão em departamentos e a coordenação didática a cargo de um colegiado. Apresenta-se uma nova racionalidade na organização das universidades mais preocupada com sua estrutura do que com o currículo em si.

Os dossiês DOPS/PR nos ajudam a compreender a vigilância estabelecida pelos agentes, com um caso ocorrido em outubro de 1968, quando um professor de direito da Faculdade de Maringá foi fichado e o relato do agente da polícia política mostra o processo de vigilância e informações, nos seguintes termos: “é representante da Associação dos professores de Maringá, o qual disse que veio à Curitiba trazer o apoio unânime dos Professores daquela cidade, por ocasião em que se realizava a greve dos professores” (DOPS/PR, Dossiê FI 000.961). O registro revela que os professores universitários estavam mobilizados acompanhando as mudanças que vinham ocorrendo na educação nos diferentes níveis de ensino. Os professores universitários estavam, inclusive, articulados aos professores da educação básica, pois a greve, realizada em outubro de 1968 no estado do Paraná, que reivindicava a aprovação do Estatuto do Magistério, soluções de problemas dos professores contratados, escalonamento dos vencimentos, direitos e garantias dos professores suplementaristas das escolas estaduais paranaenses (Bello, 2013).

A reorganização das universidades tinha como fim impedir tais ações de organização e mobilização dos professores universitários, como exemplificado acima, dedicando-se apenas ao ensino (Costa, 2009, p. 88). Por isso, a marca da Reforma Universitária, por meio da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, foi nos termos da lei:

Art. 11. As universidades organizar-se-ão com as seguintes características:

- a) unidade de patrimônio e administração;
- b) estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas;
- c) unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- d) racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos;
- e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnico-profissionais;
- f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa; [...]

Art. 48. O Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo, poderá suspender o funcionamento de qualquer estabelecimento isolado de ensino superior ou a autonomia de qualquer universidade, por motivo de infringência da legislação do ensino ou de preceito estatutário ou regimental, designando-se Diretor ou Reitor pro tempore (Brasil, 1968).

Vê-se pela lei que a reforma não se ateve às questões pedagógicas e curriculares. A Reforma Universitária tinha a,

intenção de aumentar a produtividade dos recursos materiais e humanos existentes, através da instituição de medidas como a organização por departamentos, com o objetivo de eliminar a duplicidade de trabalho, aumentando a taxa de utilização dos recursos humanos e materiais através da matrícula por disciplina, e o regime de créditos, onde os alunos se matriculavam em cada disciplina, compondo o currículo conforme pré-requisitos estabelecidos. A Reforma Universitária também instituiu o curso básico e a unificação do vestibular por região, ingresso por qualificação e a fragmentação do grau acadêmico de graduação através das licenciaturas curtas (Lira, 2010, p.73).

Assim, se reorganizavam as universidades do país, de forma a facilitar o controle de suas ações e desarticular os estudantes e professores que, devido ao regime de créditos e a matrícula individual em cada disciplina, se “espalhavam”, não formando mais uma única turma que criaria vínculos ao longo do tempo.

Tanto a legislação de segurança nacional como a Reforma Universitária sustentavam o aparato repressivo do Estado. Não só a definição dos crimes e arbitrariedades foram utilizadas na justificativa de defender os interesses nacionais, como a educação durante a ditadura civil-militar se tornou um instrumento de controle da sociedade. Enquanto os governos militares buscavam cumprir com essas iniciativas, “o regime usava para si mesmo um discurso salvacionista, de garantia da ordem, da disciplina e da segurança nacional, pregando princípios de obediência, organização, respeito à ordem e às instituições” (Künzle, 2018, p. 60).

O aparato legal arquitetado durante a ditadura civil-militar foi imprescindível para que o Estado agisse violando Direitos Humanos. Embora a repressão normalmente seja associada à violação da integridade física, diante de organizações que represente fortes ameaças ao Estado, este também reprimia por meio da restrição de direitos,

Embora a intuição muitas vezes associe a repressão a assassinatos, tortura e outras formas de práticas brutais, a violação da integridade física não é o único instrumento repressivo disponível. Autocratas também podem proibir partidos políticos, encerrar legislaturas e suspender direitos civis básicos. Assim, repressão tem outra dimensão: restrições aos direitos civis dos indivíduos com o objetivo de limitar a coordenação e capacidade de mobilização de grupos e indivíduos (Escribà-Folch, 2013, p. 544, Tradução Do Autor)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> “Although intuition often associates repression with killings, torture, and other brutal practices, the violation of physical integrity is not the only repressive instrument at hand. Autocrats may also ban political parties, close legislatures, and suspend basic civil rights. Thus, repression has another dimension: restrictions on individuals’ civil rights aimed at limiting the coordination and mobilization capacities of groups and individuals” (Escribà-Folch, 2013, p. 544).

A restrição de direitos civis visa o impedimento da coordenação de organizações de modo a dificultar a ação coletiva de grupos dentro do país (Escribà-Folch, 2013). Durante o regime militar, a restrição de direitos, não somente os civis, mas os direitos políticos, buscaram enfraquecer os movimentos de professores e estudantes e de outros grupos da sociedade. Com a autorização do Estado para utilizar da força repressora e a diminuição da resistência, a ditadura civil-militar conseguia impor seu projeto de nação por meio da educação e da violência.

### **Repressão e movimentos de resistência**

Durante a ditadura civil-militar no Brasil, várias organizações da sociedade civil passaram a representar uma ameaça aos governos militares, pois elas tinham cunho reivindicatório e de denúncia das ações violentas do Estado. Os arquivos investigados desvelam que os professores universitários do Paraná ocupavam papéis importantes na organização dos movimentos de resistência, como pode ser conhecido a seguir pelas informações constantes nas anotações da ficha individual:

27/07/79 - o fichado foi eleito Conselheiro Deliberativo na manhã do dia 03/04/79 para a primeira diretoria da Associação dos Docentes do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná;

26/02/80 - o fichado é Titular da Chapa Mutirão que é composta em sua maioria por médicos esquerdistas, A chapa está inscrita nas eleições para a Diretoria da Delegacia Regional de Londrina, órgão do Sindicato dos Médicos do Paraná (SIMEPAR) prevista para o dia 28/02/80 (DOPS/PR, Dossiê FI 34.006).

Assim como o fichado ocupou dois cargos distintos em diferentes órgãos, é recorrente a denúncia dos professores por ocuparem cargos de presidência, liderança, coordenação, autoria, conselheiro(a) e diretoria. Isso demonstra a organização dos professores universitários e que estes ocupavam um lugar social de fala, pois falavam a partir de uma instituição e expressavam os interesses dela.

A existência dos dossiês DOPS/PR sobre as organizações e ações dos professores universitários, assim como os dossiês Individuais desses sujeitos, revelam que representavam maior perigo ao Estado, de acordo com o discurso vigente, que por sua vez utilizava da repressão dependendo do grau de ameaça desses grupos. Isso fica evidente ao se verificar entre os documentos analisados que alguns dossiês não possuem o registro de todos os dados do fichado, por exemplo, o Dossiê FI 3.964 com apenas as seguintes informações: nome, data de nascimento, sexo, residência atual e duas pequenas ocorrências.

A completude das informações sobre o sujeito fichado e a descrição de suas atividades demonstram que estes professores universitários mereciam um olhar mais atento do Estado, buscando identificar os riscos que tais sujeitos representavam. Presume-se que, quanto maior ou mais significativa for a ameaça, maior será a probabilidade de o Estado aplicar medidas repressivas (Nordås; Davenport, 2013). O mesmo afirma Earl (2011) ao apontar que “quanto mais um movimento ou protesto ameaça as autoridades, mais é provável que enfrente repressão” (Earl, 2011, p. 266, tradução do autor)<sup>8</sup>. Sendo assim,

---

<sup>8</sup> “the more a movement or a protest threatens authorities, the more likely it is to face repression” (Earl, 2011, p. 266).

Ataques violentos são percebidos como mais ameaçadores do que os não violentos e, portanto, têm maior probabilidade de desencadear resposta extremamente duras do Estado [...] Quanto mais organizada for uma atividade de protesto, mais ameaçado o governo ficará com essa atividade (Carey, 2010, p. 171 - 172, tradução do autor)<sup>9</sup>.

Mas, os professores estavam envolvidos nos processos de resistência da classe nas ações repressivas do Estado. Ao resgatar a memória de professores do Paraná durante a ditadura civil-militar, evidencia-se que estes se engajavam com “clareza política e um firme propósito com a justiça, liberdade e a retomada do Estado de Direito” (Peron, 2014, p. 123). O jornal Voz do Paraná explicita essa luta dos professores em matéria sobre as assembleias dos professores universitários que ocorreram na Reitoria da UFPR. O texto da edição de 09 a 14 de setembro de 1984 traz consigo uma imagem expressiva das reivindicações feitas pelos professores conforme indicado por Peron (2014), como pode ser observado na figura 01.

**Figura 01:** Reivindicações dos professores da UFPR, em 1984



**Fonte:** VOZ DO PARANÁ, 09 a 15 de setembro de 1984

Na figura 01, é possível fazer a leitura de duas placas. Uma mais à frente com a frase “democracia já também na universidade”, uma reivindicação que pautou a ação dos professores durante a ditadura civil-militar. Mais ao fundo é possível visualizar outra placa com os seguintes dizeres: “universidade | greve | verbas”. A luta por verbas para as universidades também era motivo de mobilização para os professores, uma vez que, após o golpe militar, “os reitores das

<sup>9</sup> “Violent attacks are perceived as being more threatening than non-violent ones and therefore are more likely to trigger extremely harsh responses from the state [...] The more organized a protest activity is, the more threatened the government is expected to be by this activity” (Carey, 2010, p. 171–172).

instituições superiores do país começaram a enfrentar dificuldades, pois estavam sofrendo pressões por parte dos grupos estudantis, além de serem reprimidos politicamente pelo regime militar através da suspensão de verbas” (Costa, 2009, p. 33). De acordo com Ridenti (2010, apud Veras, 2014, p. 99), “entre 1964 e 1968, as verbas do MEC no orçamento da União caíram de 11% para 7,5% e as universidades federais tiveram uma redução orçamentária de mais de 30%”.

Durante o regime militar, os professores se organizavam de diversas formas, sendo a coletividade um aspecto importante. É o que se verifica em um Ato Público de Protesto contra a Carestia ocorrido em na cidade de Cambé – PR no dia 24 de agosto de 1980, do qual professores universitários participaram. Na ocasião foram fixadas faixas com os seguintes dizeres: “abaixo a carestia | união faz a força | povo unido jamais será vencido” (DOPS/PR, Dossiê FI 44.533). A partir desses fatos, se verifica a existência de uma contradição existente no processo de repressão, uma vez que, ao ser usada para controlar organizações sociais, ela também promovia a organização coletiva para combater as violações de Direitos Humanos:

As teorias existentes postulam que a repressão impede a ação coletiva por causa dos custos materiais e perdas humanas a ele associadas. Contudo, sob certas condições gerais, a repressão fomenta a ação coletiva, independentemente dos custos. Eu sugiro que a repressão pode fortalecer a identidade, o sentimento de pertencer a um grupo, operando como simbólico responsável pela circunstância compartilhada de um grupo em relação às autoridades e seus agentes de controle. A identidade saliente implica aumento da solidariedade (Khawaja, 2018, p. 66, tradução do autor)<sup>10</sup>.

Loveman (1998) também trabalha com essa ideia afirmando que a “repressão do Estado pode estimular a organização coletiva e a oposição de certos setores da sociedade” (Loveman, 1998, p. 517, tradução do autor)<sup>11</sup>. De acordo com os autores, um movimento de organização da sociedade pode resultar da repressão do Estado, como uma forma de resposta. A coletividade se torna um fator forte por meio da união da identidade, ou seja, a ação coletiva aglutina pessoas em torno da identificação delas a determinado objetivo comum.

A resistência, foi uma ação coletiva como resposta à repressão do Estado, à falta de liberdade política, à violação de direitos que o regime impunha à sociedade e aos professores. Desse modo, a mobilização dos professores universitários do Paraná em oposição à ditadura civil-militar ocorria nas ruas e praças em formas de protesto, passeatas, atos públicos, assim como ocorria de forma institucional por meio da organização de entidades de representação de classes. Embora agissem juntos localmente, os professores possuíam também organizações estaduais e realizavam eventos nacionais que possibilitavam diferentes formas de se mobilizarem contra a repressão. São exemplos o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos (CLADH), que no ano de 1979 foi presidido por um docente da UEL (DOPS/PR, Dossiê FI 31.115); e o II Encontro Nacional dos Professores, realizado nos dias 15 e 16 de março de 1980, que contou com a presença de professores do Paraná (DOPS/PR, Dossiê FI 36.531).

<sup>10</sup> “Existing theories postulate that repression deters collective action because of the material costs and human loss associated with it. However, under certain general conditions, repression fosters collective action, regardless of the costs. I suggest that repression can strengthen collective identity, the sense of belonging to a group, by operating as a symbolic reminder of a group's shared circumstance vis-a-vis authorities and their agents of control. And salient identity implies increased within-group solidarity” (KHAWAJA, 2018, p. 66).

<sup>11</sup> “state repression may stimulate collective organization and opposition from certain sectors of Society” (LOVEMAN, 1998, p. 517).

Outras organizações das quais os professores universitários do Paraná faziam parte foram identificadas, a saber: Associação de Docentes do HU (DOPS/PR, Dossiê FI 41.810); Diretório Municipal do MDB em Londrina (DOPS/PR, Dossiê FI 30.703); Cooperativa dos Jornalistas do Paraná em Londrina (DOPS/PR, Dossiê FI 31.115); Movimento Estudantil de Londrina (DOPS/PR, Dossiê FI 31.115); Conselho Editorial da Cooperativa de Jornalistas do Paraná (DOPS/PR, Dossiê FI 31.115); Associação Odontológica do Norte do Paraná (DOPS/PR, Dossiê FI 47.078); Cooperativa Jornal do Paraná (DOPS/PR, Dossiê FI 31.115); Associação dos Docentes do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (DOPS/PR, Dossiê FI 34.006); Sindicato dos Médicos do Paraná (DOPS/PR, Dossiê FI 34.006); Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP) (DOPS/PR, Dossiê FI 2.141); Grupo para uma Sociedade Democrática (DOPS/PR, Dossiê FI 19.390); Associação dos Professores do Paraná (APP) (DOPS/PR, Dossiê FI 2.294); Sindicato dos Professores de Londrina (DOPS/PR, Dossiê FI 15.292); Movimentos de Oposição dos Professores (DOPS/PR, Dossiê FI 32.613); e Associação Profissional dos Professores de Londrina (APROL) (DOPS/PR, Dossiê FI 30.703).

A ação dos professores universitários do Paraná não só se dava em diferentes grupos como também era astuciosa ao encontrar estratégias para burlar a lei: “o fichado é um dos principais líderes da greve dos professores em Londrina, greve esta de cunho congressional” (DOPS/PR, Dossiê FI 31.115). Este ato de resistência, na qual o docente de nível superior tomou parte na liderança, ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 1978 em diversas cidades do Paraná e se refere à paralisação dos professores da rede estadual de ensino (Ilkiu, 2020, p.92). A realização da greve em forma de “congresso” buscava despistar a proibição imposta pelo AI-5 e a Lei de Segurança Nacional, tática que pode ser compreendida como,

procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos (Certeau, 2014, p. 97).

Os professores universitários utilizavam de situações favoráveis em um determinado tempo em que agiam contra o Estado, como é o caso de denominar “congresso” para uma greve. O uso de outras instituições também pode ser compreendido como uma tática dos professores, como a Igreja Católica, que nunca teve uma posição unânime sobre o regime militar, nem mesmo dentro das dioceses esteve presente. Muitas vezes, ela se colocou em defesa do regime, já outras participou e fez denúncias das atrocidades cometidas pelo Estado e colaborou nas ações dos professores universitários do Paraná:

foi realizado no dia 12/03/82, no Salão Paroquial da Igreja Sagrados Corações, um debate político sobre o PACOTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, o qual foi presidido pela fichada, ocasião em que disse ser o corrupto e incapaz, por estar sacrificando o povo com o aumento do índice de contribuição previdenciária, aumentando a fome e a miséria social. O salão foi decorado com cartazes e contendo os seguintes dizeres: CONTRA A FOME E A OPRESSÃO E PELA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE LIVRE E SOBERANA - POR ELEIÇÕES DIRETAS - POR ENSINO GRATUITO - ABAIXO LSN - POR MELHORES SALÁRIOS - ABAIXO O DESEMPREGO - CONTRA A CORRUPÇÃO (DOPS/PR, Dossiê FI 44.533).

Ações como essa fortaleceram o processo de resistência e de denúncia das ações violentas do Estado, apontando os Direitos Humanos como parte constitutiva da democracia (Torres; Barroso, 2019). Os Direitos Humanos ocupavam um espaço de centralidade na mobilização da sociedade para reivindicação de direitos e ações de resistência.

### Considerações finais

A ditadura civil-militar implantada com um golpe contra o Estado democrático, orientada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), implantou no país um regime de exceção ao suprimir direitos e violar a dignidade humana dos cidadãos. O resultado foi um número expressivo de mortes, torturas e desaparecidos, vítimas da violência estatal e uma profunda marca do autoritarismo na cultura política e na sociedade brasileira.

O combate ao que o governo denominou de “inimigo interno”, defendido pela DSN, foi uma das grandes justificativas para a perseguição de pessoas que tivessem posicionamento político ideológico de esquerda ou que, de uma forma geral, demonstrasse insatisfação, críticas e contrariedade ao regime ditatorial. Eram esses os considerados subversivos, pois transgrediam a ordem política e social imposta pela ditadura em vista da “modernização conservadora”.

O Estado utilizou para si um aparato legal de forma a sustentar suas ações de violação dos Direitos Humanos. O AI n. 5 e o Decreto-Lei 314/67 são exemplos significativos do uso da lei para a atuação repressiva contra os considerados subversivos. Tais leis demonstram que a restrição de direitos civis dos cidadãos era utilizada como meio para conter e enfraquecer a mobilização da sociedade civil.

As universidades e seus professores foram duramente afetados pela ditadura civil-militar. Mesmo que não houvesse unanimidade entre os docentes sobre seu posicionamento político em relação ao regime militar, tais instituições foram consideradas como espaço de formação e expansão do comunismo. Isso se deve à defesa das reformas sociais que docentes das Instituições de Ensino Superior e os estudantes defendiam.

O trabalho de investigação e perseguição aos professores universitários era feito pela DOPS/PR, fazendo registros sobre suas ações contrárias ao regime. Cabia à polícia política vigiar esses sujeitos, levantando informações que corroborassem com a suspeição deles e pudessem ser utilizadas como provas contra os professores. Os Dossiês DOPS/PR revelam que a vigilância foi um recurso utilizado durante a ditadura civil-militar que não se limitava ao espaço interno das universidades, ela avançava para outras instituições e grupos dos quais os professores universitários do Paraná faziam parte. Ela também se estendia à vida privada dos professores, rastreando informações de caráter individual, como os locais que frequentavam, as pessoas com quem mantinham relacionamento.

Mesmo que signatário da DUDH de 1948, o Estado brasileiro sob o regime militar violou os direitos prescritos na declaração. O direito à liberdade de expressão, de pensamento, de ir e vir, de igualdade, o direito à segurança pessoal, de reconhecimento da presunção de inocência, de reunião e associação e de trabalho foram violados durante a ditadura civil-militar e afetaram os professores universitários. Ainda as recorrentes prisões arbitrárias e torturas foram atos de violação dos Direitos Humanos.

A defesa dos direitos humanos e a luta pela democracia fizeram com que os docentes agissem mesmo diante das perseguições. Os Dossiês DOPS/PR registram a realização de comícios, greves, passeatas, manifestações e distribuição de material pelos professores universitários. Os atos de resistência ao regime militar foram possíveis por meio de táticas que podem ser identificadas na realização de greves denominadas “congresso” e nas diferentes organizações das quais os professores faziam parte, atuando com outros grupos como os estudantes, professores do ensino básico, médicos e a Igreja Católica.

Nos Dossiês DOPS/PR é visível que a maioria dos registros ocorreu a partir da segunda metade da década de 70, momento no qual o país iniciara o processo de abertura política e afrouxamento das políticas repressivas. A continuidade da repressão nesse período, atesta que a violação dos Direitos Humanos, expressa na perseguição aos professores universitários, era uma prática do autoritarismo brasileiro enraizado em nossa cultura. No que concerne à vigilância dos professores, o SNI seguiu produzindo dados sobre os professores universitários até 1988, havendo farta documentação sobre o Paraná no Arquivo Nacional. No Brasil, realizaram-se ações mais concretas de Direitos Humanos, na década de noventa, com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos e Sociais que buscavam a efetividade dos Direitos Humanos no país.

Tais investigações colaboram para o avanço teórico e investigativo dos Direitos Humanos na história da educação no estado do Paraná. Identificar as violações de Direitos Humanos e fazer memória das práticas repressivas do Estado, durante a ditadura civil-militar ou em outros momentos, é importante para que tais ações não se repitam e para que a democracia seja reconhecida cada vez mais como regime imprescindível para a promoção dos Direitos Humanos. A liberdade das universidades e de seus docentes corroboram para o desenvolvimento da sociedade por meio da produção do conhecimento e de uma educação crítica, emancipatória e cidadã.

## Referências

BARROS, José D'Assunção. *A fonte histórica e seu lugar de produção*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BRAGGIO, Ana Karine; FIUZZA, Alexandre Felipe. O Exílio dos Professores Brasileiros em Portugal e a Documentação da DOPS/PR-PR. *Revista Portuguesa de Educação*, 32(I), p. 16-34, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21814/rpe.14274>

BRASIL. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acessado em 02 de dezembro de 2025.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0252.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0252.htm). Acessado em 17 de fevereiro de 2021.

BRASIL. *Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República [1967]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 de junho de 2025.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0477.htm#:~:text=Define%20infra%C3%A7%C3%B5es%20disciplinares%20praticadas%20por,particulares%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0477.htm#:~:text=Define%20infra%C3%A7%C3%B5es%20disciplinares%20praticadas%20por,particulares%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acessado em 17 de fevereiro de 2025.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0053.htm). Acessado em 17 de fevereiro de 2021.

BRASIL. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República [1968]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 de junho de 2024.

BRAGHINI, Katya Zuquim; CAMESKI, Andrezza Silva. “*Estudantes democráticos*”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 945–962, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015145476>.

BRUNELO, Leandro. Os reflexos do regime militar no Paraná em 1975: a operação Marumbi. *Diálogos*, v.13, n.2, p.461-484, abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.4025/dialogos.v13i2.417>.

CANDIDO, Rivaldo Dionizio. *As ações do Estado na ditadura civil-militar: a violação dos direitos humanos dos professores universitários do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas) – PUC-PR. Curitiba, p. 136, 2021.

CAREY, Sabine Christine. The use of repression as a response to domestic dissent. *Political Studies*, v. 58, n. 1, p. 167–186, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2008.00771.x>.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ. *Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Paraná*. Curitiba, 2017. Disponível em: Acesso em: 19 jul. 2019.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. *Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná*. São Paulo: TikiBooks, 2017, vol. 1, p. 392.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, 2014. Disponível em: Acesso em 10 de ago. 2018.

COSTA, Bianca Silva. *O ensino superior na ditadura militar brasileira: um olhar através da "Revista MEC"*. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009

EARL, Jennifer. Political repression: Iron fists, velvet gloves, and diffuse control. *Annual Review of Sociology*, v.37, p.261–284, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.012809.102609>.

ESCRIBÀ-FOLCH, Abel. Répression, menaces politiques et durée en autocratie. *International Political Science Review*, v.34, n 5, p.543–560, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/0192512113488259>.

FIUZA, Alexandre Felipe; SCHMITT, Silvana Lazzarotto. A DOPS/PR e a vigilância política do movimento estudantil paranaense durante a ditadura civil-militar. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v.12, n.45, p.101–114, 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v12i45.8640139>.

FIUZA, Alexandre Felipe. *Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970*. 2006. Tese de Doutorado em História – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.

FIUZA, Alexandre Felipe; BRAGGIO, Ana Karine. Acervo da DOPS/PR/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.5, n.10, jul./dez. 2013. p.430-452. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180305102013430>.

FIUZA, Alexandre Felipe; BRAGGIO, Ana Karine. Acervo da DOPS/PR/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.5, n.10, jul./dez. 2013. p.430-452. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180305102013430>.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ILKIU, Júlia Aliot da Costa. *As investigações contra os professores e instituições de ensino do Paraná pela Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS/PR/PR durante a ditadura militar no Brasil de 1964 a 1985*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas, PUC-PR, Curitiba, p. 149, 2020.

KHAWAJA, Marwan. Repression and Popular Collective Action : Evidence from the West Bank Author ( s ): Marwan Khawaja Published by : *Springer Stable* URL : <http://www.jstor.org/stable/684284> Evidence from the West Bank1 Repression and Popular Collective Action : v. 8, n. 1, p. 47–71, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF01112330>.

KÜNZLE, Maria Rosa Chaves. *Trincheiras, resistências e utopias pedagógicas: escolas alternativas em Curitiba durante a Ditadura Militar*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas*. Orientador: Luiz Carlos Soares. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

LOVEMAN, Mara. High-risk collective action: Defending human rights in Chile, Uruguay, and Argentina. *American Journal of Sociology*, v.104, n.2, p.477–525, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1086/210045>.

MANSAN, Jaime Valim. A educação superior sob vigilância: o caso do DOPS/PR/PR (1964-1988). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v.13, n.51, p.14-26, 2013. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v13i51.8640260>.

MARTINS, Carlos Benedito. *A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil*. Educação & sociedade [online]. 2009, v.30, n.106 p.15-35. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100002>.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 30-67, June 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X009016002>.

NORDÅS, Ragnhild; DAVENPORT, Christian. Fight the Youth: Youth Bulges and State Repression. *American Journal of Political Science*, v. 57, n. 4, p. 926–940, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/ajps.12025>.

PERON, Andreia. “Resistir é preciso”: a memória de professores sobre a militância e a repressão política no Paraná (1964 – 1984). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, p. 174, 2014.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, n. 1, 2009. DOI: <https://doi.org/10.63595/rbhcs.v1i1.10351>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. No fio da navalha. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 437-466.

SILVEIRA, João Batista da. *A política de formação de professores de história no regime civil-militar: a criação da licenciatura curta em estudos sociais*. 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008.

TORRES, Mateus Gamba; BARROSO, Eloísa Pereira. A democracia em questão: com a fala, as mulheres militantes de esquerda durante a ditadura militar nos anos de 1964 a 1985. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.45, n.1, p.74-90, jan.-abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2019.1.30003>.

VERAS, Dimas Brasileiro. O ensino superior brasileiro nos anos de ditadura: a reforma universitária e a revista de cultura da UFPE (1964-1968). *Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB*, [S.l.], n.25, p.94-106, dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.18265/1517-03062015v2n25p94-106>.